

# ASPECTOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL NAS LETRAS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

*Maria Aparecida Rocha Gouvêa* (UERJ e UniFOA)  
[cidarochagouvea@hotmail.com](mailto:cidarochagouvea@hotmail.com)

## **1. Introdução**

“O Brasil é grande, todos o sabemos. E os sessenta milhões de brasileiros falamos e escrevemos de inúmeras maneiras a língua que nos deu Portugal.” Assim, Raquel de Queiroz (1958, p. 280) iniciou uma carta de resposta a um editor português que propunha alterações nos textos dela, como condição para publicação em Portugal. As diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil é uma discussão antiga, iniciada no período pós-independência. De um lado, os puristas defendiam a conservação do padrão português; de outro lado, havia os defensores do abasileiramento da língua, com absorção das características próprias do modo brasileiro culto de se falar/escrever.

Este artigo objetiva refletir sobre as propostas de inovações na língua nesse período histórico, como também sobre a legitimação do português falado/escrito no Brasil e demonstrar como a música popular brasileira, por se aproximar da nossa realidade, contribuiu e, até hoje, contribui para o registro da língua na forma como é falada/escrita no país.

Para essas reflexões serão utilizadas as contribuições, principalmente, de Azeredo (2008), Cunha (1977) e Faraco (2008). Fontes como Bechara (2000), Sant’Anna (2004), entre outros, também referenciaram as reflexões e análises.

## **2. *Abasileirar ou não? Eis a questão.***

Com a independência, o Brasil deu início ao processo de estruturação da sociedade e isso incluiu várias ações, como a criação de instituições educativas, dentre elas, o Colégio Pedro II com seus programas de ensino que incluía o ensino da língua. Atrelado a isso, iniciou-se também a produção de instrumentos linguísticos como

gramáticas, dicionários e antologias. Evidentemente, tais fatos também fizeram emergir o debate em torno das diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil, como relata Faraco (2008, p. 112): “O caminhar da carruagem vai constituindo, desde a Independência, dois grupos distintos: um conservador, purista; e outro, defensor da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto de falar a língua.”

Azeredo (2008, p. 538) também registra a polêmica em torno da proposta do abasileiramento da língua.

A sorte da língua portuguesa na boca e na pena dos brasileiros tem sido, desde as primeiras décadas do século XIX, tema de controvérsia e debates entre dois grupos: tradicionalistas e progressistas. Estes geralmente defendendo o direito à inovação e à diferença, aqueles condenando uma e outra coisa em nome do que consideram uma prerrogativa dos mais antigos e verdadeiros donos da língua.

Os puristas encontravam adeptos à proposta de conservação, como José Honório Rodrigues e Cândido de Figueiredo, com sua coluna no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, intitulada “o que se não deve dizer”. Joaquim Nabuco também acreditava na superioridade da raça portuguesa e defendia a conservação e uniformidade da língua no padrão português, como registra Faraco (2008, p. 113, *apud* PINTO, 1978, p. 197)

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor o seu idioma: para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós: devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles.

Do outro lado, brasileiros como Gonçalves Dias e José de Alencar defendiam que o abasileiramento do português era uma necessidade. Para garantir essa tese, os escritores utilizavam dois argumentos: as necessidades expressivas dos artistas e a recepção da literatura pelo povo, como dizia Alencar: “Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos” (FARACO 2008, p. 115, *apud* PINTO, 1978, p. 123).

Vale ressaltar que a inovação proposta por eles não era uma nova língua brasileira. Essa causa lutava apenas contra a inflexibilidade dos puristas como registra Cunha (1977, p. 25).

A bem dizer, toda a questão da “língua brasileira” se resume, ainda hoje, na luta contra as regras inflexíveis dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático, simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário.

Como vemos, esse debate discute o limite entre a conservação do lusitanismo e a inovação, e persiste até os dias atuais, embora estejamos muito mais próximos da consciência da legitimação dos usos do português do Brasil.

### 3. *A norma é normal?*

Sabemos que nenhuma língua é homogênea, a não ser nas representações imaginárias de uma cultura e nas concepções políticas de uma sociedade. Ela é heterogênea porque é “um conjunto de variedades reconhecidas histórica, política e culturalmente como manifestação de uma mesma língua por seus falantes”. (FARACO, 2008, p. 34).

Nesse contexto, também se faz necessário recuperar o conceito de norma, formulado pelo linguista Eugênio Coseriu, na década de 50, entendendo-o como cada um dos diferentes modos sociais de realizar os grandes esquemas de relações do sistema da língua.

Segundo Faraco (2008, p. 37)

É possível, conceituar tecnicamente norma como determinado conjunto de fenômenos lingüísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala.

Na abordagem sobre o tema, o autor (2008, p. 73) classifica três normas para o português no Brasil:

- **Norma culta/comum/standard** – conjunto de fenômenos lingüísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações monitoradas de fala e escrita. É a expressão viva de certos segmentos sociais em determinadas situações.

- **Norma padrão** – construto sócio-histórico que serve de referência para estimular um processo de uniformização. É uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística. O autor defende que não precisamos de uma norma-padrão para a pronúncia, pois é desnecessária e inconveniente, entretanto é óbvio que necessitamos de uma grafia-padrão.
- **Norma gramatical** – segundo o autor, nossos melhores gramáticos da segunda metade do século XX flexibilizaram os juízos normativos, quebrando a rigidez da tradição imposta no século XIX. Para ele, “nossas gramáticas atuais estão assim, num meio termo, entre ‘os excessos caprichosos’ da norma-padrão e as descrições sistemáticas da norma culta/comum /standard”.

Azeredo (2008, p. 549-552) descreve dezesseis aspectos que distinguem o português de Portugal do português do Brasil.

São eles:

- A construção do *ser/ficar* etc. + gerúndio: *ficavam conversando*;
- A preferência pela colocação proclítica dos pronomes átonos: *me solta*;
- O uso do *ele* e respectivas variações como complemento direto do verbo: *gardei ele*;
- A tendência para a eliminação das estruturas proparoxítonas: *cosca* (por *cócegas*);
- A dupla negação: *não quero não*;
- O uso do presente do indicativo nas frases imperativas: *pega outro pedaço de bolo*;
- A redução do sistema de pessoa do verbo à oposição entre duas formas – uma para a pessoa que fala e outra para as demais pessoas: *eu planto X tu/você/ele/nós planta*;
- O uso de *a gente* como expressão genérica ou indeterminadora da pessoa do discurso que inclui o enunciador: *a gente quase não sai de casa*;
- O uso do *em* para reger o complemento verbal que designa o limite de um movimento: *foi na cidade*;
- O uso da forma pronominal *tu* com o verbo na terceira pessoa: *tu sabe onde fica o cinema?*;

- A mistura de formas relativas a *ocê* e *tu*: *se ela te convidar, você aceita?*;
- O uso do *lhe* como objeto direto: *não lhe vi na festa.*;
- O uso do sujeito pronominal redundante: *nós dissemos*;
- Certas construções de relativização: “*Conheço um rapaz que o pai é marceneiro*” e “*A casa que eu moro é antiga*”;
- Substituição de determinados clíticos pronominais: “*Ela prendia o cachorro, mas à noite deixava ele solto no quintal*”;
- Determinados usos do pronome possessivo: “*Você sabia que hoje é aniversário do seu/teu irmão?*” “*Onde estão seus pais?*” (para um interlocutor no singular) e “*Onde estão os pais de vocês?*” (para mais de um interlocutor).

Considerando os aspectos descritos por Azeredo, este artigo se propõe a demonstrar como as letras da MPB contribuíram e, até hoje, contribuem para o registro da norma culta/comum/standard. Para a análise, foram selecionadas sete trechos de letras de músicas que utilizam os aspectos descritos pelo autor.

É importante registrar que a letra da música tem características comuns à oralidade, pois, normalmente, é memorizada para ser cantada, acompanhada por algum instrumento. Esse aspecto faz com que, habitualmente, os compositores optem por marcas linguísticas coloquiais, próprias do falar, entretanto, o produto escrito não deixa de ser um importante objeto linguístico para o estudo da realidade brasileira, principalmente, a partir da década de 60, com as canções de protesto social, como defende Sant’Anna (2004, p. 13)

Toda essa evolução marca, no entanto, uma crescente transformação da música popular brasileira num fenômeno não apenas sonoro, mas num produto escrito. O que era apenas *voz* tanto na música quanto na poesia, se converte em *grafia* marcando o ponto máximo desses movimentos de *equivalência* e *identidade*. Por isso, críticos e professores universitários começam a se interessar pela *letra* da música popular, surgindo daí uma ensaística a ela dedicada que não é apenas o texto jornalístico das crônicas de ontem ou das necessárias histórias da música popular.

#### 4. Análise do corpus

Para a análise, serão utilizados como referência os aspectos apresentados por Azeredo, descritos acima.

**O meu guri – Chico Buarque - 1981**

Chega no morro com o carregamento  
 Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador  
 Rezo até ele chegar no alto  
 Essa onda de assalto tá um horror  
 Eu consolo ele, ele me consola  
 Boto ele no colo pra ele me ninar  
 De repente acordo, olho pro lado  
 E o danado já foi trabalhar, olha aí  
 Olha aí, aí o meu guri  
 Olha aí, é o meu guri  
 E ele chega

Nesse trecho da música de Chico Buarque, encontramos um dos aspectos citados por Azeredo como característica do português do Brasil: o uso do pronome pessoal *ele* como complemento direto do verbo em “*eu consolo ele*” e “*boto ele*”. Outro aspecto descrito por Azeredo é o uso da preposição *em* para reger o complemento verbal que designa o limite de um movimento em “*chega no morro*” e “*chegar no alto*”.

**Castigo**

A gente briga  
 Diz tanta coisa que não quer dizer  
 Briga pensando que não vai sofrer  
 Que não faz mal se tudo terminar  
 Um belo dia  
 A gente entende que ficou sozinho  
 Vem a vontade de chorar baixinho  
 Vem o desejo triste de voltar.  
 (...)

Azeredo também aponta o uso de *a gente* como expressão genérica ou indeterminadora da pessoa do discurso que inclui o enunciador, encontrada na letra dessa música de Tom Jobim e Dolores Duran, sucesso da década de 50.

**Roda Viva – Chico Buarque - 1967**

Tem dias que a gente se sente  
 Como quem partiu ou morreu  
 A gente estancou de repente  
 Ou foi o mundo então que cresceu  
 A gente quer ter voz ativa  
 No nosso destino mandar  
 Mas eis que chega a roda viva

E carrega o destino pra lá.

(...)

Nessa música de Chico, encontramos, mais uma vez, o uso de *a gente* como expressão genérica ou indeterminadora da pessoa que inclui o enunciador. Também encontramos o verbo *ter* no lugar de *haver*, uma forma muito utilizada no cotidiano dos brasileiros, embora não recomendado pelas gramáticas normativas.

**Olé, olá – Chico Buarque - 1965**

(...)

Não chore ainda não, que eu tenho uma razão

Pra você não chorar

Amiga, me perdoa, se eu insisto à toa

Mas a vida é boa para quem cantar

Meu pinho, toca forte que é pra todo mundo acordar

Não fale da vida, nem fale da morte

Tem dó da menina, não deixa chorar

Olê, olê, olê, olá

Nessa canção de Chico, encontramos mais três aspectos apontados por Azeredo: a dupla negação em “*não chore ainda não*” e o uso do presente do indicativo nas frases imperativas: “*amiga, me perdoa*” “*meu pinho, toca forte*” e “*tem dó da menina, não deixa chorar*”. Observa-se também que, embora o compositor utilize a forma pronominal *você*, há alguns verbos conjugados na 2ª pessoa do singular, que também é característico do português do Brasil.

**Blues do Elevador – Zeca Baleiro**

(...)

mas hoje eu só quero chorar

como um poeta do passado

e fumar o meu cigarro

na falta de absinto

eu sinto tanto eu sinto muito

eu nada sinto

como dizia Madalena

replicando os fariseus

quem dá aos pobres e empresta,

adeus

Nessa letra do compositor maranhense Zeca Baleiro, encontramos mais um aspecto apontado por Azeredo: o sujeito pronominal redundante em “*eu sinto tanto*”, “*eu sinto muito*”, “*eu nada sinto*”.

Segundo o autor, embora as gramáticas normativas recomendem a supressão do pronome nesse caso, “o português do Brasil, mesmo em sua variedade culta, está dando ampla preferência ao resgate do sujeito, ao contrário do que se passa em Portugal” (AZEREDO, 2008, p. 550).

**Travessia – Milton Nascimento – 1967**

(...)

Vou seguindo meu caminho  
 Me esquecendo de você  
 Eu não quero mais a morte  
 Tenho muito que viver  
 Vou querer amar de novo  
 E se não der não vou sofrer  
 Já não sonho  
 Hoje faço  
 Com meu braço o meu viver

Nessa canção de Milton Nascimento, encontramos três aspectos apontados por Azeredo. No primeiro verso, aparece a construção *ir + gerúndio* em “*vou seguindo meu caminho*”; no segundo verso, aparece a colocação proclítica do pronome átono *me* em “*me esquecendo de você*”; e no terceiro verso, aparece novamente o sujeito pronominal redundante em “*eu não quero mais a morte*”.

**Inútil – Roger Moreira**

A gente não sabemos escolher presidente  
 A gente não sabemos tomar conta da gente  
 A gente não sabemos nem escovar os dentes  
 Tem gringo pensando que nós é indigente  
 A gente somos inútil.

Nesse fragmento da irreverente letra de Roger Moreira, integrante do grupo de rock Ultraje a Rigor, sucesso da década de 80, encontramos novamente a expressão *a gente* como apontado por Azeredo. Observa-se também o verbo no plural, em desacordo com a recomendação da gramática normativa. Vale ressaltar que, nessa letra, há uma intenção discursiva para esse uso, pois, nesse período, o país enfrentava dificuldades políticas e sociais (processo de abertura política com voto direto, baixo nível educacional, dívida externa,...) que passavam uma imagem negativa do Brasil no exterior. Construções do tipo “*a gente fomos*” ou “*nós foi*”, durante muito tempo, re-

presentaram a fala do brasileiro que não tinha acesso à educação e que, portanto, não utilizava a norma culta. Dessa forma, a escolha pela forma “*a gente não sabemos*” é intencional, utilizada para satirizar a falta de políticas públicas destinadas à educação, a passividade do povo brasileiro e as consequências advindas dessa realidade.

## 5. Conclusão

Neste trabalho observamos como é importante levantar os aspectos históricos relacionados ao português do Brasil e como o país construiu e ainda constrói sua identidade e legítima seu modo de falar e escrever. Para isso, é necessário identificar características próprias do povo brasileiro e reconhecer o que herdamos dos outros povos/raças que participaram da nossa história. Nesse contexto, a MPB contribuiu e continua a contribuir para o registro do português falado e escrito aqui, pois como comprovado, as características peculiares do nosso idioma são utilizadas com frequência pelos compositores brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- HENRIQUES, Claudio César & SIMÕES, Darcilia Marindir P. (Orgs.) *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

QUEIROZ, Raquel. *100 crônicas escolhidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Música popular e moderna poesia brasileira*. São Paulo: Landmark, 2004.

TELLES, Tereza. *Chico Buarque na sala de aula: leitura, interpretação e produção de textos*. Petrópolis: Vozes, 2009.